TL7266

S. R.

Universidade do Porto

Reitoria

Carta Aberta a
Sua Excelência
O Primeiro Ministro

Porto, 2 de Março de 1996

Excelência:

Consideramos a proposta que Vossa Excelência fez, pessoalmente ao Presidente da Indonésia, em 29 de Fevereiro de 1996, após o jantar oferecido aos Chefes de Estado e de Governo presentes em Bangcoque para a Reunião Euro-Asiática, como uma proposta construtiva, sensata, inteligente e oportuna, e queremos felicitá-lo vivamente por ter aproveitado de forma tão útil a ocasião que o anfitrião da Conferência proporcionou, de um encontro com o Chefe de Estado indonésio.

Esta proposta vale por si e vale pelo que revela sobre os princípios e valores com que Vossa Excelência pauta a sua conduta, nomeadamente no plano das relações internacionais, com uma convicção e lucidez que só a justeza dos principios torna possível.

Ao propor a eventual abertura de secções de interesse da Indonésia em Lisboa e de Portugal em Jakarta, em embaixadas amigas, condicionada à libertação de Xanana Gusmão e dos seus companheiros presos políticos timorenses, e ao respeito pelos direitos humanos em Timor Leste verificado pelas Nações Unidas e outras organizações internacionais, Vossa Exelência está a propôr a criação das condições essenciais para a resolução do problema de Tlmor Leste, que são:

a) a criação de um clima de confiança e de respeito mútuo por e entre todas as partes;

b) a participação dos timorenses, através dos seus representantes e nomeadamente do seu líder e símbolo da Resistência, Xanana Gusmão, em conversações para alcançar uma solução global, justa e conforme ao direito internacional; e

c) o permanente envolvimento das Nações Unidas, no quadro das quais deve ser resolvido o problema da autodeterminação do território não-autónomo de Timor Leste do qual Portugal continua a ser a Potência Administrante, como tal reconhecida pelas Nações Unidas e pela próplia Resistência.

Ao apresentar a proposta nos termos em que o fez teve Vossa Exelência a preocupação de poupar mais sofrimentos ao Povo de Timor Leste, cuja dor tem sido desmesdida, nos últimos vinte anos.

Por tudo isso o felicitamos vivamente.

E mais o felicitamos ainda por ter conseguido que o problema de Timor Leste tenha entrado na Agenda da Conferência, isto é, na Agenda Euro-Asiática, realçando assim o seu

carácter internacional e não meramente bilateral como tantas vezes o Governo da Indonésia tem pretendido apresentá-lo.

Sabemos que, em 1974 e 1975, o Presidente Suharto, norteado pelo tacto político que lhe é peculiar, hesitou muito em anexar Timor, tendo a isso sido forçado não só pelo sector mais reaccionário das suas Forças Armadas, mas também, e principalmente, pelas pressões americanas, australianas, britânicas e de outros países, assustados com o que parecia ser o avanço imparável do expansionismo soviético, nomeadamente no Sudeste Asiático, como aconteceu em 1975 no Laos, no Cambodja e no próprio Vietnam. A teoria do *"dominó"*, então assumida por tantos governantes, e o pânico gerado pelo avanço imparável dos comunistas do Vietcong sobre Saigão, de que as imagens da fuga precipitada da Embaixada dos EUA são o símbolo, serão as causas determinantes de uma opção política de que todos, afinal, se tornaram vítimas.

Tendo isso em conta, e considerando também a própria prudência com que o Presidente Suharto definiu o território indonésio no último discurso que fez nas Nações Unidas, em Outubro de 1995, julgamos que é da maior relevância e demonstra um grande tacto político e sentido de oportunidade, o facto da proposta de Vossa Excelência ter sido feita agora e directamente ao próprio Presidente da Indonésia em pessoa.

A história dirá até que ponto o Presidente Suharto será capaz de aproveitar a oportunidade política criada pelo gesto de Vossa Excelência, para proceder á abertura necessária para resolver o problema de forma a que sejam respeitadas e dignificadas todas as partes. Desejaríamos que o fosse, e procuraremos mobilizar nesse sentido a solidariedade internacional, não para encostar a Indonésia à parede, mas para saudar todos os gestos de abertura que esta venha eventualmente a fazer.

Se, eventualmente, o Governo da Indonésia não quiser ou não for capaz de dar passos positivos, Portugal, ao ter apresentado proposta tão sensata e ponderada, tem hoje uma maior legitimidade e espaço de manobra para actuar política e diplomaticamente, e a solidariedade internacional terá razões acrescidas para se mobilizar contra um poder que eventualmente continue a teimar em desrespeitar os direitos de todo um povo e em não perceber - como não percebeu o regime ditatorial em Portugal, até 1974 - os ventos da História

Compreendemos as exigências da Resistência, de que seja instalada em Timor Leste, em regime permanente (até à autodeterminação), uma delegação das Nações Unidas. Mas essa exigência não está excluída da proposta de Vossa Exelência.

Compreendemos as preocupações manifestadas por diversos sectores, nomeadamente na Assembleia da República, de que se mantenha o consenso nacional em torno desta tão importante questão. Aliás essa foi, sempre, a nossa preocupação. Por isso mesmo, quando levamos a cabo a primeira iniciativa pública de vulto, essa foi uma Mesa Redonda que só concretizamos quando tivemos a suficiente certeza de que estaria presente um membro de cada um dos (então) nove partidos representados no Parlamento. Demorou mais de seis meses a prepará-la, mas quando finalmente, em Maio de 1982, a Mesa Redonda pode ter lugar, coincidindo com a criação da Primeira Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor Leste, todos os nove partidos tinham um elemento seu na Mesa.

Consideramos, no entanto, que a preocupação com o consenso nacional não pode ser paralisante, nem pode levar o Governo, o Presidente, ou a própria Assembleia da República a perder oportunidades. O sofrimento do Povo de Timor Leste merece a maior atenção e diligência, e não admite protelamentos.

Por isso saudamos em Vossa Exelência a coragem da iniciativa política, oportuna, criativa e lúcida. E saudamos a clarificação que o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros fez, na reunião interministerial, quando o Ministro Indonésio se esqueceu de referir as condições em que a abertura de secções de interesse poderia fazer sentido e ser aceite por Portugal.

Todos os que não têm memória curta sabem da independência política com que nos temos batido pelos direitos dos timorenses. Em cartas fechadas e abertas, em sessões públicas e comunicados, fomos fazendo chegar a sucessivos governos, de várias cores políticas, as nossa posições claras e, por vezes, infelizmente, críticas.

Ao felicitar Vossa Excelência pela sua inteligente e mais do que oportuna iniciativa, saudamos o Primeiro Ministro de Portugal e o seu Governo e não um partido que, tal como todos nós, não está isento de faltas.

Ao felicitá-lo desejamos expressar-lhe o reconhecimento por ter dado voz ao Povo de Timor Leste, por ter trazido à luz do dia um problema que tantos queriam abafar e apagar e por o ter feito sem isolar Portugal no seio da União Europeia, o que, infelizmente, não é tarefa fácil. Ao felicitá-lo felicitamos os Orgãos de Soberania deste Portugal Democrático a que nos orgulhamos de pertencer, com a confiança de que o consenso nacional se mantenha e reforce, com uma nova dinâmica.

A libertação de Xanana Gusmão, símbolo e líder da Resistência Timorense, é uma condição essencial para resolver o problema, já que é imprescindível a participação dos principais interessados - os tlmorenses - através do seu mais legítimo e carismático representante.

Essa libertação tem sido constantemente exigida não só pela Resistência Timorense e pela solidariedade internacional, como pela própria Reunião Interparlamentar de Lisboa, em Junho de 1995, e pela Conferência Internacional que, de 22 a 24 de Fevereiro, reuniu em Lisboa personalidades indonésias, timorenses, portuguesas, e dos cinco continentes sob o lema *"Solidariedade da Juventude Indonésia, Esperança para Timor Leste"*.

Tal como na África do Sul, De Clerk, teve a inteligência política de libertar e dialogar com Nelson Mandela, tomando assim possível a tão difícil transição pacífica do regime de Apartheid para a multirracial democracia, também agora o Presidente Suharto tem a oportunidade histórica de fazer um gesto que, só por si, pode abrir as portas a uma solução efectiva e justa, altamente dignificante de todas as partes, e que a comunidade internacional e a própria opinião pública portuguesa e até indonésia não deixarão de aplaudir.

Saudando, mais um vez Vossa Excelência por ter aproveitado esta oportunidade para fazer um gesto histórico que abre novas possibilidades de resolução do dramático problema de Timor Leste e associando plenamente nesta saudação o Reitor da Universidade do Porto, Professor Alberto Amaral, subscremo-nos, com a mais elevada consideração e respeito,

O Coordenador das Jornadas de Timor da UP

A. Barbedo de Magalhães